



Prefeitura de Jaboatão Dos Guararapes- PE *Comum para Professor I*

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL

| | |
|--|-----|
| Concepção de Educação | 1 |
| Concepção de Prática Pedagógica, Ensino e Aprendizagem | 1 |
| Sujeitos de Direitos de Aprendizagem..... | 2 |
| Concepção de Alfabetização..... | 4 |
| Concepção de Currículo: por um currículo crítico-emancipatório e multicultural..... | 6 |
| As Competências Gerais da BNCC Como Premissa Básica para Construção do RCMJG..... | 8 |
| Concepção de avaliação da aprendizagem | 9 |
| Concepção de Formação de Professores | 10 |
| Concepção de Leitores..... | 12 |
| Concepção de Educação Infantil: teoria sociointeracionista..... | 16 |
| Legais: o direito de ser criança..... | 16 |
| As 10 (dez) Competências Gerais na Educação Infantil | 18 |
| Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento..... | 19 |
| Campos de Experiência | 20 |
| Aproximação da Cultura Escrita..... | 21 |
| Ambiente de Aprendizagem | 22 |
| Estrutura Curricular | 23 |
| Direito à Infância: as Continuidades na Educação Infantil | 24 |
| Ensino Fundamental | 26 |
| Quadro Alfanumérico do Ensino Fundamental no Município do Jaboatão dos Guararapes | 28 |
| Educação em Tempo Integral | 29 |
| Educação de Jovens e Adultos. Marco Histórico e Concepção da Educação de Jovens e Adultos..... | 31 |
| Educação Especial..... | 36 |
| Temas integradores..... | 39 |
| Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena (Leis nº 10.639/2003)..... | 40 |
| 11.645/2008..... | 40 |
| Parecer CNE/CP nº 03/2004 | 41 |
| Resolução CNE/CP nº 01/2004 | 53 |
| Parecer CNE/CEB nº 14/2015..... | 55 |
| Educação em Direitos Humanos – EDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006)..... | 63 |
| Decreto nº 7.037/2009..... | 63 |
| Parecer CNE/CP nº 8/2012 | 127 |
| Resolução CNE/CP nº 1/2012..... | 140 |
| Direitos da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do | |

SUMÁRIO



| | |
|--|-----|
| Adolescente..... | 142 |
| Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude..... | 209 |
| Lei nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016)..... | 220 |
| Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003) | 228 |
| Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999 | 248 |
| Parecer CNE/CP nº14/2012 | 253 |
| Resolução CNE/CP nº 2/2012..... | 270 |
| Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE 2015)..... | 276 |
| Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 | 283 |
| Resolução CNE/CEB nº 07/2010) | 306 |
| Diversidade Cultural | 318 |
| Parecer CNE/CEB nº 11/2010 | 318 |
| Resolução CNE/CEB nº 07/2010 | 318 |
| Relações de Gênero (Parecer CNE/CEB nº 07/2010 | 318 |
| Resolução CNE/CEB nº 02/2012 | 362 |
| Lei no 11.340/2006 – Lei Maria da Penha..... | 370 |
| Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006 | 380 |
| Portaria MEC nº 33/2018..... | 380 |
| Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009)..... | 381 |
| Educação para o Trânsito – (Lei nº 9.503/1997)..... | 389 |
| Trabalho, Ciência e Tecnologia | 478 |
| Parecer CNE/CEB nº 11/2010..... | 479 |
| Resolução CNE/CEB nº 07/2010 | 479 |
| Saúde, Vida Familiar e Social | 479 |
| Parecer CNE/CEB nº 11/2010..... | 479 |
| Resolução CNE/CEB nº 07/2010 | 479 |
| Decreto nº 7.037/2009..... | 480 |
| Parecer CNE/CP nº 08/2012 | 480 |
| Resolução CNE/CP nº 01/2012..... | 480 |
| AS ÁREAS DO CONHECIMENTO E SUAS ORGANIZAÇÕES CURRICULARES: | |
| Linguagens | 480 |
| Componente Curricular da Língua Portuguesa. Práticas de Oralidade; Práticas de Leitura de Textos; Práticas de Produção de Textos; Práticas de Análise Linguística..... | 481 |
| Componente Curricular de Arte..... | 482 |
| Componente Curricular de Educação Física..... | 486 |
| A Educação Física no Ensino Fundamental - Anos Iniciais | 489 |
| Componente Curricular de Matemática..... | 490 |
| Componente Curricular de Ciências | 493 |
| Componente Curricular de Geografia | 497 |
| Componente Curricular de História | 499 |
| Componente Curricular de Ensino Religioso | 500 |
| Organizador Curricular da Educação Infantil. Organizadores Curriculares do Ensino Fundamental; Organizadores Curriculares da Educação de Jovens e Adultos | 503 |
| Exercícios..... | 504 |
| Gabarito..... | 513 |

SUMÁRIO



FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência SAEB Prova Brasil (5º ano) e SAEB - 2º ano, em Língua Portuguesa; | 1 |
| Política Nacional de Alfabetização – MEC | 4 |
| Psicogênese da linguagem escrita no processo de Alfabetização;..... | 5 |
| Práticas de ensino de leitura do 1º ao 5º ano,níveis de fluência leitora; | 9 |
| Práticas de ensino de leitura do 1º ao 5º ano,níveis de fluência leitora; | 10 |
| Exercícios | 11 |
| Gabarito..... | 15 |

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA

| | |
|--|----|
| Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência SAEB Prova Brasil (5º ano) e SAEB (2º ano), em Matemática | 1 |
| Tendências em Educação Matemática: Resolução de problemas, Modelagem Matemática, Investigação Matemática, Etnomatemática e Matemática Crítica..... | 7 |
| Recursos didáticos para o ensino de Matemática - manipuláveis e digitais | 16 |
| Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática..... | 24 |
| Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as especificações no currículo de Matemática ... | 28 |
| A Teoria histórico - cultural e suas implicações na Educação Matemática | 59 |
| Exercícios | 63 |
| Gabarito..... | 67 |

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

| | |
|--|----|
| Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis; planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula..... | 1 |
| Currículo do proposto à prática | 9 |
| Tecnologia da informação e comunicação na educação..... | 16 |
| Educação para diversidade, cidadania e educação para direitos humanos | 24 |
| Educação ambiental..... | 31 |
| Fundamentos legais da Educação especial/ inclusiva e o papel do professor | 33 |
| Educação/ sociedade e prática escolar..... | 53 |
| Didática e prática histórico- cultural, a didática na formação do professor | 59 |
| Processo de ensino e de aprendizagem | 77 |
| Relação professor/aluno | 80 |
| Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias pedagógicas e os meios..... | 82 |

SUMÁRIO



| | |
|--|-----|
| Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento..... | 84 |
| Avaliação escolar | 86 |
| Avaliação em Larga Escala e suas implicações pedagógicas..... | 89 |
| O papel político do ensinar e do aprender. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores..... | 89 |
| Políticas públicas para Educação Básica..... | 110 |
| Exercícios | 121 |
| Gabarito..... | 124 |

LEGISLAÇÃO

| | |
|---|-----|
| Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214)..... | 1 |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/1996 e suas alterações, atentando para os artigos 2º, 3º, 4º, 11º, 12º, 13º, 14º, 18º, 21º, 22º, 58º, 59º e 61º..... | 6 |
| Lei Brasileira de Inclusão- Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações..... | 11 |
| Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos- Resolução CNE-CEB nº 07/2010 | 41 |
| Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009- fixa as diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil | 52 |
| Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998 | 57 |
| Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009..... | 211 |
| Avaliação Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica | 211 |
| Resolução nº 04/2010 CNE/CEB que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica..... | 217 |
| Estatuto do Magistério da Rede Pública do Município do Jaboatão dos Guararapes | 228 |
| Lei Orgânica do Município do Jaboatão dos Guararapes | 236 |
| Exercícios | 282 |
| Gabarito..... | 285 |

SUMÁRIO



Referencial Curricular Municipal

Refletir sobre educação nos leva a considerar as contradições político-pedagógicas e ideológicas presentes na sociedade brasileira. Essas contradições nos apontam a necessidade de construir uma educação que não se limite a interpretar o mundo, mas que contribua para desenvolver uma ação transformadora, pautada na percepção crítica da sociedade, com seus problemas, valores, objetivos e ideais. É baseada nessa concepção que a escola pode contribuir para um projeto de transformação social.

Assim, essa concepção de educação permite estabelecer uma relação dialógica, no intuito de efetivar diretrizes educacionais pela socialização de suas convicções políticas, pelo compartilhar das tradições culturais e pela expressão de suas múltiplas formas de sentir, pensar e agir no mundo, contribuindo com a formação de um espaço educativo no qual se respeite o direito de falar, opinar, ser solidário e participativo.

Diante da concepção emancipatória de educação, Freire afirma que:

A construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana, implica a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história”. (FREIRE, 1996, p. 10.)

Os princípios de uma relação dialógica que compreendem o ser humano como sujeito histórico, corroboram com as premissas que pautam uma educação emancipatória, que segundo Menezes e Santiago (2014) “visa ao desenvolvimento da consciência crítica para a formação de sujeitos competentes, capazes de exercer sua participação cidadã – educação comprometida com a humanização que possibilita romper com a relação verticalizada entre professor(a) e estudante”. Desta forma, compreendemos a educação emancipatória, acreditando numa escola que se oponha aos valores de uma formação tecnicista (lógica individualista, competitiva e desigual), buscando uma formação intensiva, dialógica, dinâmica, voltada para o interesse de todos e que considera o sujeito como um ser integral.

Desse modo, a escola se torna um lugar onde a autonomia se configura como a liberdade substantiva dos sujeitos em exercer as mediações educativas necessárias que se articulam com as práticas cotidianas, reforçando a necessidade de posicionamentos frente aos assuntos polêmicos, e a percorrer caminhos nos quais precisa negociar suas perspectivas, fazer concessões e viabilizar consensos.



Concepção de Prática Pedagógica, Ensino e Aprendizagem

Compreender o ensino nos convida a olhar sobre as diversas variáveis que compõem o processo educativo e os sujeitos envolvidos nesse contexto. Todos esses processos se configuram pela prática educativa que, segundo Zabala (2010, p.16), “[...] obedece a múltiplos determinantes, tem sua justificação em parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes etc.”.

Dessa forma, consideramos que a ação educativa é uma prática social, está relacionada a objetivos e finalidades muitas vezes explícitos e está envolvida numa intencionalidade. Como nos afirma Souza (2012):

Encara-se a prática pedagógica como uma ação coletiva, por isso argumentada e realizada propositadamente com objetivos claros que possam vir a garantir a realização da finalidade da educação e de certos objetivos de acordo com os problemas em estudo, explicitamente assumidos por uma instituição (SOUZA, 2012, p. 179)

A prática pedagógica docente é constituída a partir das experiências, das crenças e das visões de mundo, adquiridas no decorrer da vida e que, em sua grande maioria, refletem a organização social vigente. Numa perspectiva histórica, o pensamento da modernidade, que concebia uma visão de mundo fragmentada e disciplinarizada, pautou a história da educação no Brasil. Esse pensamento compreendia a relação de ensino-aprendizagem como uma mera transmissão do conhecimento, no qual o estudante se transformava num passivo receptor. Essa prática foi denominada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1975) *Educação Bancária*. “Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 1975, p. 33).



Fundamentos Teóricos E Metodológicos De Ensino Da Língua Portuguesa

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos¹.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.

Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Além disso, os dados também estão disponíveis para toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico de cada rede de ensino e do sistema como um todo das escolas públicas urbanas e rurais do país.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é integrado por provas desenvolvidas com base nas matrizes de referência para cada área do conhecimento. Tais matrizes não abrangem o currículo escolar por completo, não estabelecendo relação com as estratégias de ensino, visto que a avaliação deve ser aplicada de modo que possa ser auferida.

- **Descritores:** cada uma dessas matrizes é formada por descritores, que, por sua vez, fixam os conteúdos relacionados às competências e às habilidades de cada série e componente curricular. Nessa perspectiva, todo descritor se relaciona às habilidades mentais e aos conteúdos curriculares dos estudantes, e devem ser aplicados como fundamento para o desenvolvimento dos elementos da avaliação.

As matrizes de referência do Saeb para cada área do conhecimento:

1. Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática
2. Matriz de Referência de Ciências da Natureza
3. Matriz de Referência de Ciências Humanas
4. Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática (2º ano do ensino fundamental)

1 <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>



Fundamentos Teóricos E Metodológicos Do Ensino Da Matemática

— Avaliações do Ensino em larga escala (sistema de avaliação da educação básica)

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos¹.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.

Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Além disso, os dados também estão disponíveis para toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico de cada rede de ensino e do sistema como um todo das escolas públicas urbanas e rurais do país.

— Matriz de Referência de Matemática do Saeb: Temas e seus Descritores – 5º ano do Ensino Fundamental²

I – Espaço e Forma

- Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e em outras representações gráficas.
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos.
- Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes e perpendiculares).
- Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

II – Grandezas e Medidas

- Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.
- Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.
- Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.
- Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.
- Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.

1 <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>

2 https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/o_que_cai_nas_provas/Matriz_de_Referencia_de_Matematica.pdf



Conhecimentos Específicos

Os regulamentos de ensino existem como ferramentas que confiabilizam o prosseguimento do processo educativo sistematizado e que, por isso, todas as suas ações têm como intento aprovar os objetivos que a escola pretendem alcançar, isto denota envergadura para ter uma inserção social analítica e modificadora. Portanto, o propósito da escola é que as crianças obtenham os conhecimentos produzidos pela humanidade, ampliem as possibilidades para operá-los, transformá-los e redirecioná-los tendo como meta alocar os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade.

Diante disso, o projeto político-pedagógico brota da construção coletiva da Educação Escolar. Ele é a tradução maior da organização pedagógica que a escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas diante dos recursos humanos e materiais. O projeto político-pedagógico ganha coerência e estabilidade à medida que apresenta a realidade na qual se insere, destacando como são organizadas as práticas para trabalhar com sujeitos que atenderão, pois seu enfoque é o eixo principal da organização das práticas pedagógicas que serão adotadas pelo educador.

No ensino da Educação Infantil, as instituições se aparelha de forma incisiva com a necessidade social que está culturalmente descrita. No âmbito do currículo, há a significação de como se dará a organização do trabalho pedagógico como explicitação do fazer da escola e do professor, mostrando que sucedem ações ordenadas e amparadas por uma filosofia educacional. E é neste sentido que o professor desempenha papel fundamental, visto que ele organizará o dia a dia das vivências que as crianças terão acesso na Educação Infantil, e bem como os procedimentos que as levarão a atingir maiores níveis de desenvolvimento.

Falar de organização remete-se a um acompanhamento e controle que objetiva detalhar as metas e prioridades dentro do trabalho docente, ou seja, a organização é uma peça chave que está intimamente ligada ao objetivo primordial da escola que é promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. É importante pontuar que a organização do trabalho pedagógico se dá em dois níveis: no da escola como um todo, com seu projeto político pedagógico e no da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos, através de seu planejamento e planos de aulas. Este trabalho como é mencionado por Libâneo é uma atividade global da organização que requer diligência e preparação.

“O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando a atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado”. LIBÃNEO, 1994, p. 96)

Neste patamar de como é descrito a organização do trabalho pedagógico, o planejamento é entendido como instrumento pelo qual se estima o modo de elaborar, executar e avaliar os planos de ensino que organizam o trabalho docente. Porquanto o planejamento norteia as possibilidades do processo de ensino aprendizagem, constituindo-se assim, em um todo ativo, visto que ao falar de planejamento deve-se inferir como sua característica principal a reflexão. São fatores do sucesso do trabalho docente a viabilidade das ações dispostas no plano de ensino durante o planejamento, que neste contexto é um documento que descreve os procedimentos fundamentais do ensino e as respectivas considerações de controle e projeções indicativas de intervenções diárias realizadas pelos educadores.

A partir da ação docente planejada pode-se problematizá-la, ampliar a compreensão teórica sobre esta, elaborando ações estratégicas compartilhadas para transformá-las. Portanto, a definição da direção política da prática educativa decorre da análise crítica da atual prática educativa, desabrochando numa perspectiva também crítica para o futuro trabalho.

A reflexão no ato do planejamento em si incube-se de fixar parâmetros e requisitos, que se destinará ao cidadão que se quer formar dentro da atual conjuntura da sociedade, prevendo quais as aprendizagens realmente significativas e contextualizadas com as quais as crianças terão acesso e evidenciando propriedades de novos conhecimentos, uma vez que, a ação de obtenção do conhecimento deriva da relação sujeito-objeto-conhecimento, neste sentido os aspectos do planejamento são articulados na totalidade das reflexões. Tal premissa do planejamento, ou seja, da organização pedagógica nem sempre é adotada por todos os educa


Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

| <u>ENTE FEDERADO</u> | <u>ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)</u> |
|----------------------|---|
| <u>União</u> | Ensino <u>superior e técnico</u> |
| <u>Estados e DF</u> | Ensino <u>fundamental e médio</u> |
| <u>Municípios</u> | Educação <u>infantil e ensino fundamental</u> |

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.